



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

GABINETE DO VEREADOR OCTAVIO SAMPAIO

LIDO

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

2º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI

PROTOCOLO LEGISLATIVO

PROCESSO Nº 4286/2025

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE MÚSICAS COM CONTEÚDO PORNOGRÁFICO, VIOLENTO E DE APOLOGIA ÀS DROGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, ESTABELECENDO NORMAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º** Fica proibida a execução, difusão, veiculação ou qualquer outra forma de reprodução de músicas com conteúdo pornográfico, violento ou que faça apologia às drogas nas escolas municipais da cidade de Petrópolis.

**Art. 2º** Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – Conteúdo pornográfico: músicas que contenham letras que incitem ou descrevam de forma explícita atos sexuais ou comportamentos considerados inadequados para o ambiente educacional;

II – Conteúdo violento: músicas que façam apologia a comportamentos violentos, promovam agressões físicas ou psicológicas, ou incitem ódio, discriminação ou intolerância;

III – Apologia às drogas: músicas que promovam, enalteçam ou incentivem o uso de substâncias entorpecentes, ilícitas ou que prejudiquem a saúde e o bem-estar social.

**Art. 3º** Para garantir a aplicação eficaz desta lei, cada escola municipal poderá

instituir um Conselho de Avaliação Musical, composto por membros da equipe pedagógica, incluindo:

I – O Diretor da escola;

II – O(s) Vice-Diretor(es);

III – Professores de disciplinas correlatas à música, artes e educação física;

IV – Inspetores de alunos.

**Art. 4º** O Conselho de Avaliação Musical terá como atribuições:

I – Elaborar e manter um banco de músicas que seja compatível com os objetivos educacionais da escola, respeitando os valores de cidadania e desenvolvimento saudável dos alunos;

II – Realizar a análise e a curadoria de músicas a serem utilizadas em eventos, atividades pedagógicas e recreativas dentro da escola;

III – Promover a integração entre as diversas áreas do conhecimento, garantindo que as músicas selecionadas contribuam para o desenvolvimento cultural, crítico e ético dos alunos;

IV – Estabelecer critérios claros para a escolha de músicas que estejam em consonância com os princípios de respeito à diversidade, à convivência pacífica e à proteção dos direitos humanos.

**Art. 5º** A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada por meio de:

I – Auditorias periódicas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio de órgãos competentes;

II – Inspeções nas escolas municipais para garantir a observância das normas estabelecidas;

III – Ações de controle e monitoramento de playlists, eventos e programas musicais promovidos pelas escolas.

**Art. 6º** As escolas municipais deverão garantir que suas atividades musicais, culturais e recreativas atendam a padrões educacionais que respeitem o desenvolvimento integral dos alunos, a promoção do respeito mútuo e a preservação de valores familiares.

**Art. 7º** Em caso de descumprimento desta Lei, a responsabilidade recairá sobre o agente responsável pela infração, o qual poderá ser sujeito às seguintes penalidades, aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme a gravidade do ato:

I – Advertência formal;

II – Suspensão temporária de participação em atividades culturais ou musicais;

III – Multa administrativa, nos termos da legislação vigente.

**Art. 8º** As disposições desta lei entram em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Esta lei poderá ser revista a cada dois anos, com o objetivo de avaliar sua eficácia e sugerir eventuais ajustes.

### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei tem como objetivo proteger o ambiente educacional das escolas municipais de Petrópolis, assegurando que as músicas reproduzidas no ambiente escolar não transmitam mensagens prejudiciais aos alunos. Reconhecendo a importância da música no processo educacional e formativo, propõe-se evitar a reprodução de músicas com conteúdo pornográfico, violento ou que incentivem o uso de drogas, promovendo, assim, um ambiente mais saudável e seguro para o aprendizado.

A criação de um Conselho de Avaliação Musical em cada escola visa fortalecer o controle interno sobre as músicas executadas em atividades escolares, garantindo alinhamento com os objetivos educacionais. Esse conselho será responsável por elaborar um banco de músicas que promova valores positivos e compatíveis com a proposta pedagógica da escola, contribuindo para a

formação de cidadãos críticos e respeitosos. Dessa forma, busca-se resguardar o desenvolvimento integral dos estudantes no município de Petrópolis.

A constitucionalidade deste projeto de lei fundamenta-se nos seguintes aspectos: primeiramente, a competência legislativa municipal é assegurada pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que confere aos municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local. A regulamentação do conteúdo musical nas escolas municipais enquadra-se nessa competência, visando atender às especificidades e necessidades da comunidade local.

Além disso, o projeto alinha-se ao princípio da proteção integral de crianças e adolescentes, estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal, que determina ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação, à dignidade e ao respeito. Evitar a exposição dos alunos a conteúdos musicais inadequados coaduna-se com essa diretriz constitucional, promovendo um ambiente escolar seguro e propício ao desenvolvimento saudável.

Importante destacar que o projeto não objetiva censurar manifestações artísticas ou culturais, mas sim garantir que o ambiente escolar seja adequado ao público infantojuvenil. A medida visa selecionar conteúdos que contribuam positivamente para a formação dos alunos, sem impedir a livre manifestação artística fora do contexto escolar, respeitando, assim, a liberdade de expressão e a vedação à censura previstas no artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal.

No que tange à iniciativa legislativa, é relevante mencionar que o projeto não apresenta vício de iniciativa, estando em conformidade com o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 917 de Repercussão Geral. O presente projeto não interfere na estrutura administrativa do Poder Executivo, tampouco altera atribuições de seus órgãos ou o regime jurídico de servidores, tratando-se de matéria de interesse local e, portanto, de competência legislativa do município.

Por fim, a instituição de um Conselho de Avaliação Musical em cada escola promove a autonomia escolar e a participação comunitária, elementos essenciais para a gestão democrática do ensino público, conforme preconizado no artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal. Esse conselho, composto por membros da comunidade escolar, assegura a participação coletiva na definição dos conteúdos musicais apropriados, respeitando as particularidades culturais e educacionais de Petrópolis.

Diante desses fundamentos, conclui-se que o projeto de lei em questão está em consonância com os preceitos constitucionais e jurisprudenciais, visando à proteção e ao desenvolvimento integral dos alunos das escolas municipais de Petrópolis.

Sala das Sessões, Sexta - feira, 21 de março de 2025

*OCTAVIO S. C. de Paula*

**OCTAVIO SAMPAIO**

**Vereador**